

**ASSIONE SANTOS**  
**LUIS MIGUEL ROA FLORENTIN**  
**RODOLFO SALMAZO**

ORGANIZAÇÃO

**IVO WAISBERG**  
**MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO**

COORDENAÇÃO

# **TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO DE INSOLVÊNCIA**

**ESTUDOS SOB A PERSPECTIVA DA  
REFORMA DA LEI 11.101/2005**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, outono de 2021  
[quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

**ASSIONE SANTOS; LUIS MIGUEL ROA FLORENTIN;  
RODOLFO SALMAZO (ORGS.); IVO WAISBERG;  
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO (COORDS.)**

*Transformações no Direito de Insolvência:*

*Estudos sob a Perspectiva da Reforma da Lei 11.101/2005*

São Paulo: Quartier Latin, 2021

ISBN 978-65-5575-072-0

1. Direito Comercial. 2. Insolvência. 3. Direito Falimentar.

4. Recuperação de Empresas. I. Título

*Editor*

Vinicius Vieira

*Produção editorial*

*José Ubiratan Ferraz Bueno*

*Diagramação*

Victor Guimarães

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp:* +55 11 9 9431 1922

*Email:* quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Prefácio por Min. Luis Felipe Salomão .....	19
Introdução por Ivo Waisberg .....	23

### **Introdução: O IDRE e a Reforma da Lei 11.101/2005, 23**

#### **I.**

#### **A Recuperação Judicial e o Produtor Rural, 29**

*Manoel Justino Bezerra Filho*

I. Oportunidade do Exame do Tema .....	29
II. A Recuperação Judicial e as Pessoas a Quem ela se Dirige .....	31
III. A Situação Específica do Empreendedor Rural Ante o Novo Código Civil e a Lei de Recuperação e Falência .....	33
IV. A Mudança da Natureza Jurídica do Empreendedor Rural que Venha a Exercer a Opção Prevista no Art. 982 do Código Civil, Ante o Art. 48 da LREF .....	34
V. Exame Comparativo com a Lei Anterior .....	36
VI. Efeitos Imediatos da Inscrição na Junta Comercial para o Empreendedor Rural .....	37
VII. Teleologia da Lei .....	38
VIII. Posição Doutrinária e Jurisprudencial Quanto ao Lapso de Dois Anos .....	40
IX. Posição Doutrinária e Jurisprudencial sobre Quais Créditos Sujeitam-se à Recuperação Judicial do Empresário Rural .....	42
X. Do Registro como Ato “Declaratório” e Não “Constitutivo” da Condição de Empresário, no Caso do Art. 971 do Código Civil .....	43
XI. Da Inexistência de Surpresa ao Credor .....	47
XII. Da Vantagem a Todos os Credores da Recuperação pelo Aporte do Patrimônio Pessoal do Empresário Rural .....	50
XIII. Da Específica Disposição de Direito Positivo que Obriga o Credor Particular a Sujeitar-se à Recuperação .....	51
XIV. Da Posição Abusiva e Egoística Assumida pelo Credor .....	52

XV. Enunciados da “III Jornada” .....	55
XVI. Exame do Resp 1.800.032-Mt–, DOE de 10.02.2020 .....	55
XVII. Conclusão.....	57
Bibliografia .....	57

## II.

### **A Recuperação Judicial do Não Empresário: É Possível Realizar uma Interpretação Extensiva dos Requisitos de Legitimidade da Lei 11.101/2005?, 59**

*Leila Spagnolo Fonini e Arthur Alves Silveira*

Introdução .....	59
1. O Devedor sob a Ótica da Lei 11.101/2005 .....	61
2. A Legitimidade para o Ajuizamento da Recuperação Judicial: Os Requisitos Previstos nos Artigos 1º e 48 da LREF .....	67
3. A Sujeição dos Créditos à Recuperação Judicial .....	74
Conclusão .....	76
Referências .....	78

## III.

### **A Recuperação Judicial de Sociedades de Incorporação Imobiliária com Patrimônio de Afetação, 81**

*Sheila C. Neder Cerezetti, Gustavo Lacerda Franco e*

*Gabriela de Oliveira Junqueira*

1. Introdução .....	81
2. As finalidades perseguidas na criação do patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias: entre o texto legal e o seu pretexto.....	82
3. O patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias em casos de falência ou insolvência civil do incorporador: disciplina legal, funcionamento e a fábula da proteção aos adquirentes .....	85
4. O regime de liquidação do patrimônio de afetação e a recuperação judicial: soluções distintas para problemas distintos.....	87

5. A plena compatibilidade das sociedades incorporadoras dotadas de patrimônio de afetação com o tratamento da crise econômico-financeira na recuperação judicial: aspectos materiais e processuais.....	90
6. Conclusão .....	100
7. Referências Bibliográficas .....	102

#### IV.

### **(In)eficiência da Intervenção do CADE nas Operações que Acarretam Concentração de Mercado em Ambiente de Insolvência, 105**

*Rodolfo Salmazo*

Introdução .....	105
1. Liberdade do exercício da atividade econômica e “livre” concorrência .....	106
2. Atuação da Autarquia no processo de Recuperação Judicial .....	109
3. Indicadores de concorrência e concentração utilizados pelo Órgão Regulador .....	111
4. (In)eficiência da intervenção: limitação de prazo e análise circunstancial agregada ao <i>market share</i> .....	113
5. Atuações do CADE em grandes recuperações judiciais brasileiras .....	114
Conclusão .....	115
Referências Bibliográficas .....	116

#### V.

### **Os Efeitos do Plano de Recuperação em Relação às Garantias Pessoais: (Re)construindo um Entendimento, 119**

*Assione Santos e Luis Miguel Roa Florentin*

1. Introdução.....	119
2. Organizando o Tema: Coobrigados e Terceiros Garantidores e a Recuperação Judicial.....	121
2.1. Considerações Introdutórias sobre a Fiança.....	121
2.1.1. A Lei 11.101/2005 e o Fiador .....	123

2.1.2. A Suspensão do Art. 6º e o Fiador.....	126
2.1.3. A Novação do Art. 59 da LREF e o Fiador.....	129
2.1.4. O Calcanhar de Aquiles da Novação Recuperacional: a Diferença entre “Convolação” da RJ em Falência e do Pedido de Falência.....	130
2.2. Considerações Introdutórias sobre o Aval.....	133
2.2.1. O Aval na Recuperação Judicial.....	134
3. O Entendimento do Superior Tribunal de Justiça e a Liberação de Garantias .....	135
4. Liberação de Garantias na Reforma da LREF.....	138
5. Conclusão .....	139
6. Bibliografia .....	141

## VI.

### **O Fisco na Falência e Recuperação Judicial das Empresas, 143**

*Lucius Marcus Oliveira e João Vitor Martins*

Introdução .....	143
I. A falência, a (antiga) concordata e a recuperação judicial .....	144
II. Os créditos tributários nas empresas em crise .....	145
III. A participação do fisco nos processos de falência e recuperação judicial .....	154
Conclusão.....	158
Referências Bibliográficas.....	159

## VII.

### **Certidão Negativa de Débitos Tributários – Análise sob a Perspectiva da Lei 14.112/2020, 161**

*Thaís Dudeque Gonçalves*

Introdução.....	161
1. Crédito Tributário na Lei 11.101/2005 .....	162
2. Alterações da Lei 11.101/2005 Através da Lei 14.112/2020.....	168
3. Inconstitucionalidade do Artigo 57 da Lei 11.101/2005 .....	173
4. Artigo 57 da Lei 11.101/2005 sob o Viés da Lei 14.112/2020.....	179
Conclusão.....	181
Referências .....	184

## VIII.

**Transação Tributária e Recuperação Judicial:  
Superação do Conservadorismo, 185**

*Carlos Alberto Farracha de Castro*

Introdução .....	185
I. Lei n.11.101/2005. Princípios Norteadores.....	186
II. A Evolução da Jurisprudência Concursal, à Luz da Lei 11.101/2005 .....	189
III. Desafios da Reforma da Lei Concursal Brasileira .....	192
IV. Transação Tributária e Recuperação Judicial.....	194
Conclusão.....	197

## IX.

**O Crédito Fiscal na Recuperação Judicial e a Reforma  
da Lei 11.101/2005: Um Novo Caminho para uma  
Grande Vitória de Pirro, 199**

*Assione Santos e Luis Miguel Roa Florentin*

Introdução .....	199
I. O Microsistema de Recuperações Judiciais e a sua Finalidade.....	200
II. O Tratamento do Crédito Fiscal na Recuperação Judicial Antes da Reforma.....	204
II.1. O Fisco na Reforma da LREF.....	208
III. Os Vetos da Presidência da República.....	210
IV. Críticas ao Tratamento do Crédito Tributário na Recuperação Judicial.....	212
IV.1. Viés Autoritário do Direito Administrativo e Interesse Público na Recuperação Judicial.....	212
IV.2. O Crédito Fiscal na Lei 11.101/2005 e Sanção Política.....	217
IV.3. Falta de Interesse de Agir no Pedido de Falência por Parte da Fazenda Pública.....	220
IV.4. Inconstitucionalidade no Parcelamento às Devedoras em Recuperação Judicial.....	224
Conclusão.....	225
Bibliografia .....	226

**X.****Recuperação Judicial e o Crédito Trabalhista:  
A Simplificação dos Procedimentos de Habilitação  
em Tempos de Pandemia da Covid-190, 229***Alexandre Kosby Boeira e Laurence Bica Medeiros*

1. Introdução .....	229
2. A Concursalidade do Crédito Trabalhista – Fato Gerador ou Sentença?.....	231
3. O FGTS e a sujeição à Recuperação Judicial .....	236
4. A satisfação do crédito trabalhista extraconcursal .....	239
5. O Termo inicial da contagem do prazo do art. 54, da Lei 11.101/2005 .....	242
6. A dispensa de Habilitação Judicial do Crédito Trabalhista na Recuperação Judicial.....	244
7. A Cooperação Nacional como meio de integração entre os juízos e ferramenta de facilitação de acesso do credor trabalhista à recuperação judicial .....	247
8. Conclusão .....	249
9. Referências bibliográficas.....	251

**XI.****Gestão Judicial, 255***João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea*

Introdução .....	255
1. Possibilidade de afastamento do devedor ou de seus administradores .....	256
2. Alcance da regra que admite o afastamento .....	257
3. Escolha do gestor.....	259
4. Gestão interina .....	259
5. Remuneração do gestor judicial .....	260
6. Atuação do gestor .....	260
7. Deveres e responsabilidades do gestor judicial .....	261
Nota conclusiva .....	261



**XII.****O Administrador Judicial na Recuperação Judicial, 263***João A. Medeiros Fernandes Jr. e Arthur Alves Silveira*

1. Introdução.....	263
2. Delineamentos acerca do processo de recuperação judicial .....	264
3. O Administrador judicial na recuperação Judicial.....	267
3.1. Síntese contextual histórica.....	269
3.2. Critérios de nomeação: o princípio da idoneidade .....	270
3.3. Comentários sobre a fixação da remuneração.....	273
3.4. A natureza jurídica e as funções do administrador judicial na recuperação judicial.....	275
3.5. O pragmatismo da figura do administrador judicial e os seus reflexos na efetividade do processo.....	278
4. Conclusão.....	281
5. Referências bibliográficas.....	282

**XIII.****Constatação Prévia, 285***Guilherme Costa***XIV.****Cooperação no Processo de Recuperação Judicial, 299***Carlos Henrique Abrão*

1. Introdução .....	299
2. O tratamento processual.....	300
3. A cooperação na recuperação judicial.....	301
4. A configuração da cooperação na recuperação judicial.....	302
5. A efetiva cooperação e a perspectiva da empresa em crise.....	303
6. Conclusões.....	305
7. Bibliografia.....	306

**XV.****Reforma da Lei nº 11.101/2005: A Importância de Instrumentos Simplificados de Negociação Prévia, 307***Ricardo Villas Bôas Cueva*

1. Introdução .....	307
2. A importância de soluções negociadas para a insolvência empresarial.....	309
3. Estados Unidos .....	310
4. Alemanha .....	311
5. Chile .....	311
6. Espanha .....	312
7. Portugal .....	314
8. França .....	315
9. Considerações finais.....	317

**XVI.****Penhora de Quotas de Sociedade de Responsabilidade Limitada em Recuperação Judicial: uma Análise do Projeto de Lei n. 10.220/2018, 319***Marco Aurélio Bellizze Oliveira*

Introdução .....	319
1. A penhora de cotas da sociedade de responsabilidade limitada: a construção de respostas no Direito brasileiro .....	320
2. As peculiaridades da empresa em recuperação judicial .....	339
3. A proposta do Projeto de Lei n. 10.220/2018 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	347
Conclusão .....	352

**XVII.****A Desconsideração da Personalidade Jurídica na Falência, 355***Paulo Roberto Grava Brazil*

I. Introdução.....	355
II. Breve paralelo temporal entre a desconsideração da personalidade jurídica e o direito empresarial .....	357
II.1. Considerações iniciais .....	357

II.2. A influência da legislação consumerista .....	358
II.3. O Código Civil de 2002, a Lei nº 11.101/2005 e outros diplomas legais .....	360
III. Desconsideração e Falência .....	365
IV. O olhar da jurisprudência .....	368
V. Conclusão e proposições para reflexão.....	375

## XVIII.

### **Diálogo entre a Teoria Geral do Processo Civil e a Lei de Recuperações Judiciais e Falências (Lei 11.101/2005): Uma Questão de Instrumentalidade e Efetividade, 379**

*Luis Miguel Roa Florentin*

Introdução .....	379
1. As Fases Metodológicas do Processo Civil .....	380
2. O Direito Material Tutelado pela Lei 11.101/2005 na Recuperação Judicial.....	388
3. Repensando o Processo Recuperacional sob a Perspectiva de uma Efetiva Tutela da Crise .....	395
3.1. Recuperação Judicial como Processo Estrutural.....	396
3.2. <i>Mootness Doctrine</i> , Relativização do Duplo Grau de Jurisdição e Recuperação Judicial.....	398
Conclusão .....	401
Bibliografia .....	403

## XIX.

### **Travas Bancárias na Recuperação Judicial, 407**

*Paulo Dias de Moura Ribeiro*

1. Apresentação.....	407
2. Natureza Jurídica.....	407
3. A Cessão Precisa ser Registrada para Surtir Efeitos na Recuperação Perante os Credores Habilitados? .....	409
4. A Divergência Vencida .....	409
5. A Segurança Jurídica .....	421
6. Conclusão .....	422
7. Bibliografia .....	422

## XX.

**Créditos não Sujeitos à Recuperação e a Proteção dos Ativos da  
Recuperanda Durante o *Stay Period*, 423**

*Eduardo Azuma Nishi*

Introdução .....	423
1. Credor com direito real em garantia .....	424
2. ● <i>stay period</i> .....	425
3. A parte final do § 3º do artigo 49 da LRF .....	427
4. Conceito de Bens de Capital.....	428
5. Conceito de Essencialidade.....	430
6. A Trava Bancária .....	432
7. Preservação da garantia.....	436
8. Boa-fé objetiva.....	437
Conclusão.....	438
Bibliografia e Citações.....	439

## XXI.

**Insolvência Transnacional: A Novidade Aguardada, 441**

*Paulo Fernando Campos Salles de Toledo*

1. Palavras de abertura .....	441
2. Os negócios internacionais.....	441
3. As soluções jurídicas .....	442
3.1. As duas grandes opções.....	442
3.2. A solução europeia.....	442
3.3. A Lei Modelo da UNCITRAL.....	443
4. No Brasil, hoje e amanhã .....	444
5. A opção pela Lei Modelo .....	445
5.1. O exemplo de outros países.....	445
5.2. Obstáculos à adoção? .....	445
6. A disciplina, no Substitutivo Hugo Leal.....	447
6.1. O capítulo VI-A .....	447
6.2. A divisão da matéria .....	448
7. Breve conclusão .....	448
8. Bibliografia .....	448

**XXII.****Os Desafios da Recuperação Extrajudicial, 451***Marcus Vinícius Machado*

I. Introdução.....	451
II. O Cenário Atual e os Óbices à Recuperação Extrajudicial.....	452
III. O Direito como Produto das Demandas da Sociedade e como Meio de Modificação da Realidade dos Fatos. As Perspectivas Positivas da Recuperação Extrajudicial Dentro do Cenário Legislativo e Jurisprudencial.....	455
III.1. A Suspensão da Exigibilidade de Créditos no Início da Recuperação Extrajudicial Impositiva. Inovações Legislativas e Possibilidades Processuais .....	457
III.2. A Referência Necessária aos Créditos Trabalhistas de Grande Porte.....	463
III. 3. O Quórum de Aprovação na Modalidade Impositiva da Recuperação Extrajudicial .....	465
III. 4. O Risco de Sucessão sobre Ativos Adquiridos Fora do Ambiente da Recuperação Judicial .....	466
III. 5. A Discussão a Respeito da Possibilidade de Propositura de Ações Revocatórias e o Negócio Jurídico Processual como Instrumento de Segurança Jurídica ao Terceiro Adquirente.....	469
III. 6. A Transparência e a Fiscalização do Plano de Recuperação Extrajudicial .....	471
IV. Conclusão .....	472
Bibliografia .....	472

**XXIII.****Financiamento e Investimento da Empresa em Crise, 475***Eduardo Secchi Munhoz*

I. Introdução.....	475
II. A cultura da recuperação da empresa em crise.....	476
III. Financiamento e investimento na Recuperação Judicial.....	478
III.A. Não sucessão em obrigações.....	478
III.B. Validade e eficácia do negócio jurídico (proteção a fraude contra credores e figuras afins).....	482

III.C. Financiamento: prioridade em relação a outros créditos.....	484
III.D. Irreversibilidade de negócios de financiamento e investimento efetivados de boa-fé e autorizados judicialmente.....	489
IV. Conclusão .....	493

## XXIV.

### **Estruturas de Capital na Recuperação Judicial: Financiamentos e Investimentos nas Empresas em Crise, 495**

*Roberto M. Martins*

Introdução .....	495
1. Crise Empresarial e Governança Corporativa: A Recuperação Judicial como uma Ferramenta da Reestruturação do Negócio e atração de “Funding”.....	496
2. Dos Incentivos da Lei nº 11.101/05 aos Financiadores e Credores Sujeitos ao Processo de Recuperação Judicial.....	499
3. Dos Incentivos da Lei nº 11.101/05 aos Investidores .....	503
Conclusão.....	512
Bibliografia .....	514

## XXV.

### **Segurança Jurídica da Conversão de Dívida em Capital Social, 517**

*Luiz Alberto Leschkau*

1. Introdução: Os Quinze Anos de Nossa Lei Debutante: Uma Visão sobre a Lei 11.101/2005 .....	517
2. A Moeda Mais Cara do Brasil: A Segurança Jurídica.....	520
3. O Dilema de Copiar Soluções: O Exemplo DIP.....	522
4. Perspectivas Preocupantes do PL 6229/2005.....	524
5. A Previsão Inovadora do PL 6.229/2005 no Art. 50 da LREF .....	525
6. Da Busca de Efetividade e Segurança Jurídica do Proposto Inc. XVII do Art 50 .....	527
7. O Paralelo entre o Princípio do Novo Dispositivo e a Possibilidade de Criação de FIP no PRJ .....	528
8. Conclusão .....	530

**XXVI.**

**A Lei de Falências e Recuperações e o  
Projeto de Lei 10.220/2018: Uma  
Análise Quanto à Reforma Penal, 533**

*Luiz Osório Moraes Panza*

Breves Considerações Iniciais .....	533
1. Evolução Normativo/Social a Partir da Ideia de Empresa .....	534
2. O Alcance Penal da Norma .....	536
3. Dos Tipos Penais e as Pretensões.....	541
4. Da Alteração Pontual do Art. 168, LFR.....	546
Conclusão.....	553
Bibliografia.....	555

**XXVII.**

**Reflexões sobre os Crimes Falimentares, 557**

*Manoel de Queiroz Pereira Calças e*

*Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e Silva*

1. Considerações Gerais .....	557
1.1. Introdução .....	557
1.2. Nomenclatura .....	563
1.3. Natureza jurídica do crime falimentar .....	564
1.3.1. Crime falimentar: De dano ou de perigo?.....	565
1.4. Crimes falimentares próprios e impróprios.....	567
1.5. Crimes antefalimentares e crimes pós-falimentares .....	568
1.6. Crimes falimentares: dolosos e culposos? .....	569
1.7. Unitariedade ou pluralidade dos crimes falimentares .....	571
1.8. Concurso de crimes falimentares e crimes comuns .....	574
Bibliografia .....	575

## XXVIII.

**A Novação Recuperacional como Esvaziamento da Tipicidade dos Crimes Antefalimentares, 577**

*Assione Santos, Renata Ceschin Melfi de Macedo  
e Thaís Dudeque Gonçalves*

Introdução .....	577
1. O Espírito da Lei: A Preservação da Empresa.....	580
2. A Novação dos Créditos e os Princípios Penais.....	582
3. Esvaziamento da Tipicidade Penal .....	592
Conclusão.....	598
Referências Bibliográficas.....	600

## XXIX

**Os Vetores Constitucionais da Função Social no Processo de Recuperação Judicial, 603**

*Arthur Alves Silveira, João A. Medeiros Fernandes Jr.  
e Laurence Bica Medeiros*

1. Introdução .....	603
2. Aspectos Constitucionais do Princípio da Função Social.....	605
3. O Princípio da Função Social no Processo de Recuperação Judicial... 609	
3.1. Breves apontamentos acerca do processo de Recuperação Judicial... 609	
3.2. A função social do processo de Recuperação Judicial.....	612
4. Conclusão .....	619
5. Referencial Bibliográfico.....	621